



# ELD

Aumento de pensões  
publicado  
em Diário da República  
Pág. 3

## ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XI - N.º 140      DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA      Mensário - Fevereiro - 1986 - 25\$00

«Serei um Presidente solidário com os deficientes» — Mário Soares, presidente eleito da República Portuguesa no seu primeiro discurso público após a eleição.

O Presidente da República eleito, Mário Soares, no seu primeiro discurso público após a contagem dos resultados eleitorais, reafirmou o compromisso já anteriormente assumido de que a salvaguarda dos direitos dos cidadãos deficientes constituirá uma das regras por que pautará a sua conduta como supremo magistrado da Nação.

Pela primeira vez em Portugal, o problema dos deficientes foi encarado explicitamente como um problema nacional pela mais alta instância da Soberania.

O facto de os problemas dos deficientes terem sido colocados, nos termos do discurso então proferido pelo novo presidente, na mesma linha de preocupação de outros grupos sociais, como os trabalhadores, os empresários, os jovens e os idosos é, para nós, um passo importante.

Igualmente importante, porém, é que se verifique a desejável consonância entre órgãos de Soberania que todos reconhecem ser factor imprescindível de eficácia na acção governativa.

A questão é particularmente candente no momento actual, em que os deficientes se vêem confrontados com decisões governamentais que lesam os seus direitos elementares à participação e igualdade.

O facto de o organismo governamental para a coordenação de uma política nacional de reabilitação ter sido colocado na dependência de uma secretaria de Estado que tem a seu cargo a Segurança Social indicia, sem sombra de dúvida, um gravíssimo erro de perspectiva que não podemos deixar de denunciar.

O deficientes constituem em Portugal uma parcela de cerca de um décimo da população e devem ser encarados simultaneamente como trabalhadores, contribuintes, esudantes, utentes dos transportes, serviços de saúde e demais serviços públicos. Não são, não querem ser, apenas uma parte dos beneficiários de pensões sociais, como o Governo parece considerá-los.

# Presidente da República eleito comprometeu-se a sensibilizar o Governo para os problemas dos deficientes

Pág. 3

## reportagem a Delegação de Castelo Branco



Centrais



### Organizações de deficientes protestam contra a transferência do SNR para a Sec.-Estado da Segurança Social

Pág. 12

Págs. 10 e 12

## Visita a um Centro de Repouso para deficientes militares na Holanda

Págs. 4 e 5



# Ano Internacional da Paz



As palavras são importantes para conseguir a Paz e para a manter. Mas, mais importante que as palavras, são os actos. É através destes que a vontade de Paz mais consequentemente se afirma. Neste ANO INTERNACIONAL criámos este espaço para falar de Paz. Nada melhor para ilustrar essa vontade que os actos efectivos de cooperação com aqueles que, como nós, participaram de uma mesma guerra cujos horrores todos queremos firmemente nunca mais ver repetidos. Paz é, para nós, este dar as mãos que cada vez mais solidamente se afirma com os ex-combatentes do novos países de expressão portuguesa



## ADFA coopera com ex-combatentes da Guiné-Bissau e Cabo Verde

A ADFA está a cooperar com a Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné Bissau e com os ex-combatentes de Cabo Verde em acções concretas que visam a sua organização e na criação de estruturas de reabilitação que pretendem levar a cabo nos seus países.

Através do Comité Internacional da Cruz Vermelha estão igualmente em estudo possibilidades de cooperação com ex-combatentes de Angola, em matéria de formação profissional.

Esta cooperação, cujas bases vêm sendo lançadas de longa data, quer através de contactos directos, quer através da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) tem para nós particular significado e constitui mesmo uma forma por excelência de comemorar este Ano Internacional da Paz. Começa a haver canais

montados para que funcione um intercâmbio que a todos valorizará, e esse intercâmbio exprime-se mesmo já nalgumas acções concretas.

### Guiné

A ADFA, a pedido da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau, elaborou um dossier sobre legislação portuguesa relativa a deficientes do serviço militar e pensionistas de preço de sangue, que em breve lhes será enviado.

Recebemos igualmente da Embaixada de Guiné-Bissau em Lisboa um pedido de colaboração na área da formação profissional. Pretendem os ex-combatentes guineenses saber da possibilidade de estabelecimento de acções de cooperação nessa área visando a formação profissional de ex-combatentes nos sectores da cerâmica e das confecções.

A ADFA procedeu já aos contactos necessários com Centros de Formação Profissional do Porto e das Caldas da Rainha, no sentido de dar satisfação a esse pedido. Relativamente ao sector das confecções houve já resposta, que vai ser comunicada.

### Cabo Verde

Também de Cabo Verde recebemos um pedido de cooperação que visa a obtenção de informações sobre organizações de deficientes em Portugal, sua constituição, funcionamento e enquadramento legal, e ainda legislação aplicável a deficientes em geral no nosso País, tendo em vista a constituição de uma associação de deficientes civis.

### Angola

Na área da cooperação com Angola, a Delegação do Porto

recebeu igualmente um pedido de informação do Comité Internacional da Cruz Vermelha, quanto à hipótese de a ADFA vir a apoiar esse país, através do seu Centro Oficial de Meios Ortopédicos, em matéria de formação Profissional.

Sendo a cooperação com os novos países de expressão portuguesa uma das valências do novo Centro Integrado de Reabilitação e Formação Profissional que a ADFA irá construir no Porto em colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, e outros departamentos, espera-se que também neste domínio venha a ser estabelecida a breve prazo uma cooperação frutuosa.

Estes são, por ora, apenas alguns exemplos da forma como os ex-combatentes entendem a paz: estreitando as mãos num clima de tolerância e respeito mútuo.

## VISEU

### ADMITE-SE SÓCIO

Para trabalhador da delegação de VISEU, que satisfaça as seguintes condições:

- Habilitações literárias mínimas, 9.º ano de escolaridade obrigatória ou equivalente;
- Experiência no domínio de expediente e arquivo de secretaria;
- Alguma prática de dactilografia;
- Conhecimentos referentes à legislação relativa a deficientes das Forças Armadas e dos deficientes em geral;
- Facilidade de expressão escrita.

As respostas devem ser enviadas até ao dia 15 de Março para:

**ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS**  
SECÇÃO DE PESSOAL  
PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA  
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX

NOTA: Só serão consideradas as respostas que satisfaçam os requisitos referidos.

## Comemorações do 12.º Aniversário da ADFA

● À atenção dos artistas: a nossa Associação vai abrir um espaço para exposições na sua sede em Lisboa.

A ADFA completa dentro em pouco 12 anos de existência. Comemorando este marco na vida da Associação, estão em preparação diversas actividades associativas, culturais e desportivas, cujo programa detalhado publicaremos na próxima edição do ELO.

Procurar-se-á com estas manifestações alargar a participação dos sócios na vida da Associação, proporcionando-lhes mais variadas formas de intervir, alargando o debate e o convívio entre a grande famí-

lia dos deficientes das Forças Armadas.

Desde já, estão previstos um almoço-convívio a realizar em ponto central de Lisboa em data a anunciar, e a criação de um espaço cultural na sede aberto à exposição de obras de artistas plásticos ou outros, sejam eles sócios ou não da ADFA, deficientes ou não deficientes.

Espera-se, como é evidente, que os artistas sócios da ADFA e outros artistas deficientes estejam presentes de for-

ma significativa nesta exposição.

As inscrições para apresentação de obras nesse espaço estão desde já abertas, agradecendo-se a todos os interessa-

dos que comunicarem a sua disposição de estarem presentes até ao dia 20 de Março, para que seja providenciado o espaço necessário para a exposição das suas obras.

### Caros Associados:

Todos os Sócios interessados em adquirir viaturas da gama FORD, VOLKSWAGEN, AUDI, RENAULT, OPEL, FIAT, podem fazê-lo através do nosso sócio **António Bernardes** que é delegado de vendas das marcas acima mencionadas, encontrando-se este dentro de toda a legislação sobre aquisição de viaturas para deficientes.

VENDA PARA QUALQUER PARTE DO PAÍS

A contactar pelos ☎ 36 21 67 — Sede ADFA ou 243 19 51 — Residência depois 19 h. (rede de Lisboa)



## Presidente eleito comprometeu-se a sensibilizar o Governo para os problemas dos deficientes

O Presidente da República eleito, Mário Soares, encontrou-se, dias antes da sua eleição, com deficientes de várias Associações perante os quais se comprometeu a, uma vez eleito para a suprema magistratura do País, chamar a atenção do Governo para os problemas que afectam um milhão de cidadãos portugueses.

O encontro teve lugar no dia 13 de Fevereiro, nas instalações da Associação de Pais para a Educação de Crianças Diminuídas Auditivas (APECDA), na Estrada do Lumiar, em Lisboa, após uma visita do então candidato a essa escola

onde 60 crianças com problemas de surdez recebem formação escolar.

«Esta visita — afirmou o dr. Mário Soares — significa a consciência perfeita de que existe um milhão de deficientes em Portugal.»

«É indispensável,

no futuro, prosseguir, olhar a sério para este problema nacional.»

«No meu primeiro governo — lembrou — criámos o Secretariado Nacional de Reabilitação, que fez algum trabalho útil e teve um diálogo intenso com as associações de deficientes.»

«Penso que, em condições diferentes, se vier a ser eleito Presidente da República, vou ter ocasião de me ocupar do problema dos deficientes, e comprometo-me a chamar a atenção do Governo, na medida do possível, para que sejam adoptadas as medidas necessárias.»

## Aumento de pensões publicado em Diário da República

O aumento de vencimentos e pensões determinado pelo Governo foi publicado em Diário da República do dia 13 de Fevereiro, produzindo efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 1986.

Este aumento é aplicável aos sócios em serviço (abrangidos pelo Estatuto da Aposentação) e aos pensionistas de preço e sangue.

Eis o teor da disposição a que nos referimos (Dec. Lei 20-A/86) na parte respeitante a pensões:

**Art. 5.º — 1 — São aumentadas em 16,4 %, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986:**

- a) As pensões de aposentação, reforma e invalidez;
- b) As pensões de sobrevivência pagas através do

Montepio dos Servidores do Estado;  
c) As pensões de preço de sangue e outras a cargo do Ministério das Finanças, com excepção das resultantes de condecorações e das Leis n.º 1942, de

27 de Julho de 1936, e 2127, de 3 de Agosto de 1965.

2 — O aumento das pensões mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º 1 incide sobre a pensão global, com inclusão da componente diuturnidade.

## ADFA enviou telegrama de felicitações ao novo Presidente da República

A ADFA, através da sua Direcção Central, enviou, na véspera do encerramento desta edição do «Elo», um telegrama de felicitações ao Presidente da República eleito, Mário Soares, cujo texto integral abaixo de reproduz:

Ex.º Senhor  
Presidente da República Eleito  
Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas congratula-se com a eleição de V. Ex.ª para o cargo de Presidente da República Portuguesa, desejando-lhe os maiores êxitos no desempenho do mais alto cargo hierárquico do Estado.

Esperamos que a eleição de V. Ex.ª constitua renovada esperança de obtenção dos direitos e reconhecimento que os Deficientes das Forças Armadas merecem por parte da Nação.

A Direcção Central da ADFA

## Telefones e endereços de Delegações e Núcleos



## Rectificação

O número de telefone da Delegação de Bragança que indicávamos na última edição do ELO não era correcto, devido a um lamentável lapso de revisão.

Assim, chamamos a atenção dos sócios de Trás-os-Montes e das outras delegações da ADFA para o número correcto, que é o 22412 da rede local.

Rectificando o engano, apresentamos as nossas desculpas por este lapso involuntário à Delegação de Bragança e a todos os seus associados.

## A APECDA

A Associação de Pais para a Educação de Crianças Diminuídas Auditivas (APECDA), dispõe de uma escola na Estrada do Lumiar, em Lisboa desde 1973, actualmente frequentada por seis dezenas de crianças com problemas auditivos.

Essa escola é mantida em parte por subsídios da Segurança Social e por contribuições dos pais. Porém essas duas fontes de financiamento não chegam. Assim, a APECDA é forçada a recorrer a um peditório anual.

Mas nem só os problemas económicos entravam a actividade desta associação que se substitui ao Estado na prestação de um serviço social que a este incumbiria proporcionar aos seus cidadãos: põem-se-lhe problemas técnicos a que dificilmente consegue dar resposta, nomeadamente com crianças que acumulam problemas auditivos com outras deficiências.

Os seus responsáveis queixam-se da dificuldade de reciclar pessoal. Não há cursos adequados.

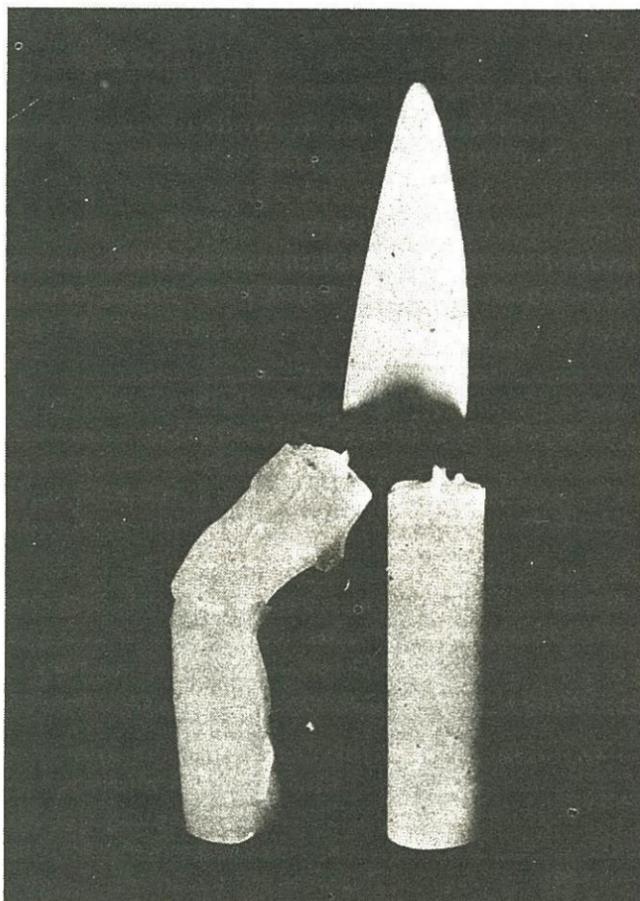
Actualmente, a escola da APECDA satisfaz todos os pedidos que lhe são dirigidos, embora com grandes dificuldades

relativamente aos alunos que moram em zona mais distantes, recebendo crianças a partir da idade de 2 anos, até concluírem a 4.ª classe, sem limite de idade para a obtenção desse grau de ensino.

O método utilizando no ensino da APECDA, o SUVAG, de origem jugoslava, baseia-se na consideração de que a criança surda é surda antes ainda de ser criança, e procura estimular a concentração da sua atenção desde muito cedo para os problemas que o mundo lhe irá colocar.

Além do seu quadro próprio, a APECDA dispõe de pessoal do Ministério da Educação, colocado ou destacado na sua escola: educadoras, professoras primárias, professoras de ritmo corporal e de educação musical.

O ensino de criança com problemas auditivos na região de Lisboa é assegurado por uma escola de surdos do Ministério da Educação, insuficiente para as necessidades da região, e por instituições privadas como a Casa Pia de Lisboa e a APECDA.



Cartaz da UNESCO alusivo ao AID

### SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS  
CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 220 23 85

SÓCIO **ARMANDO ALVES**

R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA

Tiragem deste número:  
**7500 exemplares**

# Visita a um Centro de Repouso para deficientes militares na Holanda

O vice-presidente da Direcção Central e representante da ADFA na FMAC, Mário Dias, visitou um Centro de Assistência continuada para deficientes militares em Doorn, na Holanda, durante a sua estadia nesse país aquando dia 18. Assembleia Geral de Federação Mundial, de Antigos Combatentes em Novembro de 1985.

De uma breve conversa com ele, extraímos as informações que se seguem, a respeito da forma como a Associação congénere da ADFA na Holanda, a BNMO, a quem esse Centro pertence, encara a integração social do deficiente e a assistência a prestar-lhe para possibilitar essa integração de uma forma permanente e continuada.

O Centro de Doorn recebe 2 000 deficientes militares, esposas ou viúvas, por ano, em grupos formados de acordo com as suas afinidades (prestação de serviço militar numa mesma época e local, por exemplo).

O utente permanece no Centro durante 15 dias, sendo acompa-

nhado pela esposa em metade desse período, durante o qual realiza testes clínicos e actividades lúdicas e desportivas e recebe informações sobre os aspectos legais que lhe dizem respeito. Simultaneamente expõe os seus problemas de integração, a que o Centro procura dar resposta, através do apoio de especialistas, ou encaminhando o assunto para as instancias competentes (autarquias, centros de formação, departamentos estatais, etc.).

Tudo isto decorre num ambiente a que sem exagero poderíamos chamar paradisíaco. O Centro está rodeado por belos jardins e matas, oferecendo um meio propício à restauração das forças físicas e morais, para mais um ano.

As estadias têm uma periodicidade anual, salvo se antes desse tempo houver motivos que justifiquem novo recurso ao Centro.

Um centro de cuidados como este é para nós quase uma miragem, impossível de comparar com as estruturas (in) existentes entre nós.

De facto, reportando-nos à realidade portuguesa, o Lar dos Veteranos Militares de Runa é uma estrutura obsoleta que acusa os efeitos da sua longa idade, não dispondo sequer de sanitários em número e qualidade suficiente.

O Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, embora dispondo de boas instalações, funciona, na realidade, como um depósito, onde a necessidade de integração social do deficiente não é tida em conta.

De referir ainda que sobre o Lar Militar pesa a ameaça de integração na Segurança Social, o que empobreceria ainda mais o leque de instituições à disposição do deficiente militar, confrontado com problemas resultantes do aumento de idade ou agravamento das suas deficiências.

Por último, o Complexo de Oeiras dos Serviços Sociais das Forças Armadas, moderníssimo Centro recém construído, foi exclusivamente orientado para servir os militares da Terceira Idade, sem ter contemplado os problemas específicos dos deficientes.

É realmente difícil pensar no óptimo a quem não dispõe sequer do sofrível.

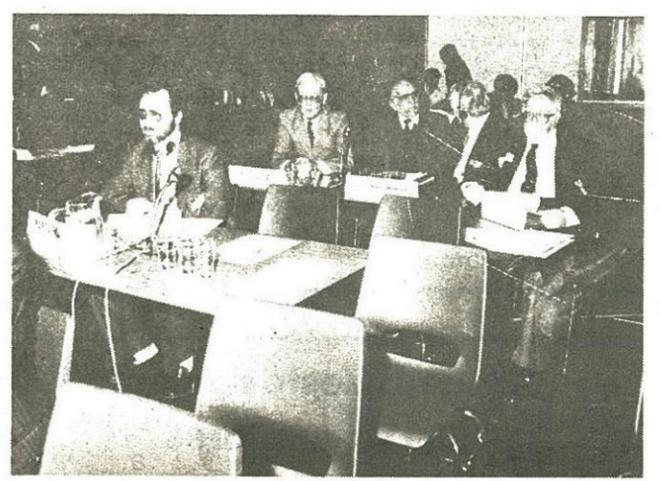
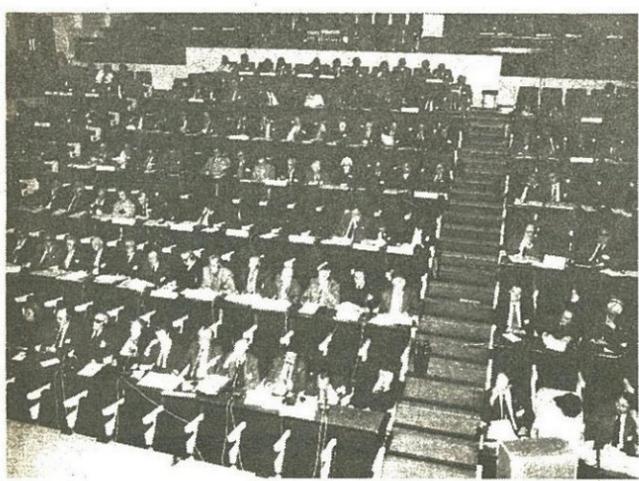
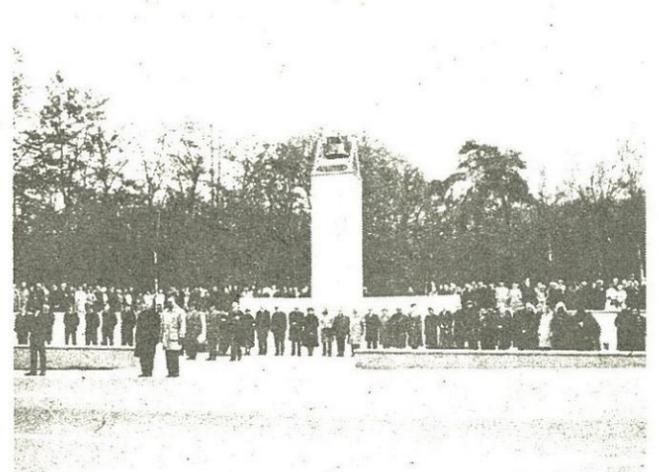
Mas não convém esquecer que os deficientes militares portugueses têm legalmente consagrado o direito a um apoio condigno na velhice ou face ao agravamento das suas deficiências, tal como estabelece o Decreto Lei 43/76, embora tal direito não tenha encontrado nunca uma expressão prática real.

Assim, a ADFA irá desenvolver uma acção de sensibilização junto dos vários responsáveis, no sentido de os alertar para a necessidade de criar novas estruturas e adaptar, na medida do possível, as existentes, para que os deficientes militares, cuja idade média avança de ano para ano, se não vejam dentro em pouco confrontados com a negação na prática dos direitos que a lei lhes confere, por falta de estruturas adequadas.

A ADFA irá assim pedir uma audiência ao Chefe do Estado Maior do Exército a fim de o sensibilizar para este problema.



Imagens dos trabalhos e das cerimónias que antecederam a 18.ª Assembleia Geral da FMAC. Na última foto vê-se o representante da ADFA durante uma sessão de trabalho



# Como funciona o Centro de Doorn

O Centro dispõe de vinte e seis apartamentos e de 50 camas de casal e recebe anualmente, em diferentes grupos, cerca de dois mil ex-militares deficientes, esposas ou companheiras eventuais e viúvas de combatentes, em programas de cuidados posteriores de vários dias.

No centro mais de cinquenta pessoas estão encarregadas da execução profissional das diversas tarefas.

## Consequências tardias da violência da guerra

As consequências tardias da violência sofrida durante a guerra requerem um programa de assistência adaptado e adequado.

No programa de cuidados posteriores foi reservado lugar destacado — na realidade uma base desse programa — ao contacto mútuo desejado entre os participantes.

A experiência mostrou quanto isso pode auxiliar quando as experiências pessoais, após muitos anos, na maior parte dos casos, podem ser trocadas e comparadas com as de outras pessoas que se encontram nas mesmas condições. Um acontecimento social, portanto de pessoas, que têm, todas, um passado similar, com as numerosas problemáticas relacionadas com a deficiência. Isto é igualmente válido para as acompanhantes, que assistem a uma parte da estada dos maridos e acompanham um programa especial para mulheres. O mesmo se aplica às viúvas, para as quais foi igualmente criado um programa.

Durante este acontecimento colectivo cuidadosamente acompanhado é por outro lado prestada grande atenção aos problemas pessoais, o que constitui preocupação da primeira ordem.

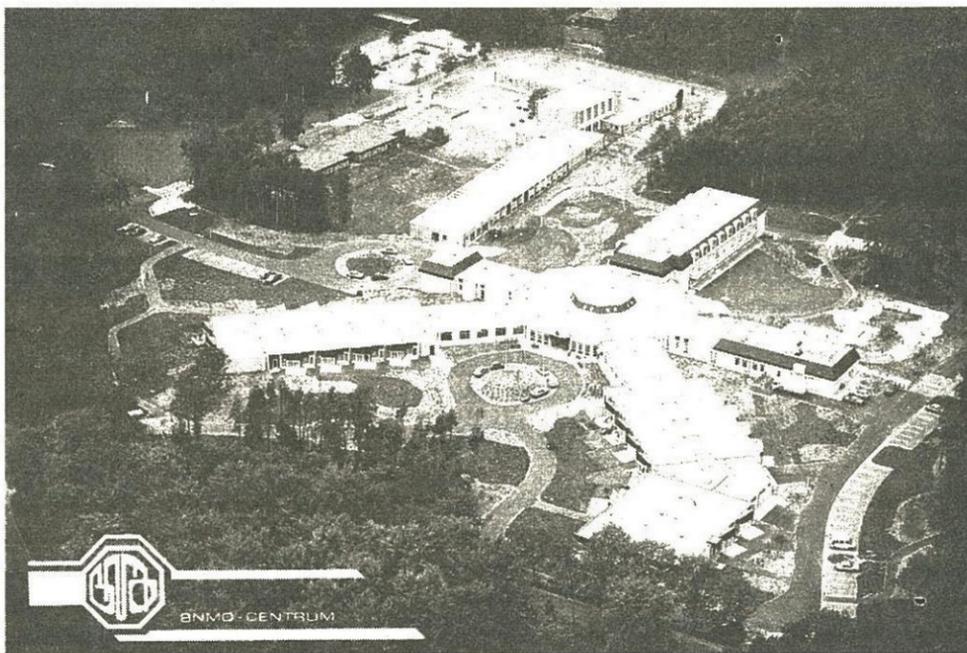
Ao proceder assim, o centro evita, como é evidente, marcar passo em tratamentos que os seus utentes estejam a realizar noutras instituições.

Trata-se sobretudo de determinar se uma eventual assistência (complementar) no próprio meio da pessoa é necessário. Sendo caso, intervir-se-á, se desejado, como mediador, ou remeter-se-á o caso a outras instâncias. Das avaliações repetidas de cada um dos programas de sucessivos cuidados posteriores, resulta que o apoio prestado proporciona — na base da cumplicidade resultante de uma sorte comum — um efeito curativo e de apoio, mas igualmente preventivo.

Para o BNMO os cuidados posteriores de manutenção são portanto um serviço contínuo que pode ser descrito como «reforço da própria identidade»,

«reactivação» «prevenção», «(re)integração» no próprio meio, ou seja, prevenção do isolamento» «apoio em caso de acontecimentos perturbadores», «a classificação dos pedidos de auxílio» e «a intervenção como

preparação de uma política para conseguir uma assistência não material às vítimas civis da guerra. Só em 1979 tal foi extensivo oficialmente à categoria de vítimas de guerra militares. Em parte graças ao



mediador e o remetimento para as instâncias de assistência». Em poucas palavras: o conceito de «cuidados posteriores de manutenção» ou «post-cura» tem para a BNMO um sentido dinâmico.

## Bem estar material não basta

Desde o final da guerra até aos nossos dias foram postos em execução nos Países Baixos, através do governo, numerosas medidas em prol das vítimas de guerra. Essas disposições orientam-se essencialmente para o bem-estar material. Durante os anos 70, deu-se conta a pouco e pouco de que para um grande número de veteranos a guerra era um passado ainda bem presente. As consequências a longo prazo fizeram-se sentir: reacções típicas de stress perturbavam a vida diária. Perturbações post-traumáticas consistentes na revivência do ou dos acontecimentos (pesadelos, lembranças repetidas sem cessar, etc.), fenómenos como sentimentos de culpa, reacções de medo, problemas de insónia, perda de energia, alteravam a sua vida.

Não só a guerra mas também o clima psicológico na sociedade constituíam uma experiência perturbadora.

Foram em particular as sequelas físicas contínuas da guerra do Vietname que, relativamente às consequências da violência da guerra e outras violências extremas deram um impulso ao estabelecimento do diagnóstico «Doença do stress post-traumático (posttraumatic stress disorder), segundo a nova nomenclatura psiquiátrica (DSM III).

## Um longo caminho

Durante o anos 70, as autoridades holandesas procedem a investigações e a

empenhamento e a influência do Ministério da Defesa e da BNMO, novos impulsos foram dados à assistência não material para vítimas militares da guerra e do serviço militar, entre outras, com a preparação e a realização de programas de cuidados posteriores de manutenção, em resposta ao pedido de apoio crescente dos seus membros. A assistência no quadro dos cuidados posteriores de manutenção dirige-se em particular para a necessidade de assumir a qualidade de vítima de tal modo que o interessado consiga aceitar realmente a sua sorte e não caia numa morna resignação que deixe campo aberto à apatia.

Uma equipa de colaboradores — médicos, psicólogos, cinesiterapeutas, assistentes sociais, ergoterapeutas, bem como assistentes de desporto e jogos — estão, com todas as outras pessoas envolvidas nesta assistência, sob a direcção de responsáveis, aptos a pôr em execução os programas de cuidados posteriores de manutenção.

## Realização prática

Antes da chegada, os participantes são divididos em grupos. Após uma introdução pelo responsável pelos Assuntos Não Materiais, os assistentes sociais, um para cada grupo, vão travar conhecimento com os membros desse grupo. Por outro lado, a equipa multidisciplinar de terapeutas tomou antecipadamente conhecimento dos dados individuais e, com base nesses dados, previu encontros individuais com certo número de participantes.

Para além das discussões em grupo com os assistentes sociais e dos encontros individuais, fazem parte do programa as seguintes componentes

informativas:

- Introdução à ergoterapia (informação sobre as possibilidades de apoio na procura de uma forma de emprego do tempo útil e adaptada, etc.);
- Introdução à cinesiterapia e à cinemática;
- Introdução ao desporto e ao jogo como parte intrínseca do programa de Cuidados Posteriores de Manutenção;
- Introdução às normas legais de reforma, com todas as leis e regulamentos particulares, importantes para os ex-militares deficientes, bem como sobre as suas consequências fiscais. No decurso das discussões em grupo, os assistentes sociais na maior parte dos casos indicam um ou vários temas para a ordem de trabalhos, directamente relacionados com a experiência (não) assimilada vivida durante a guerra, a velhice com uma deficiência e a ameaça de isolamento social.

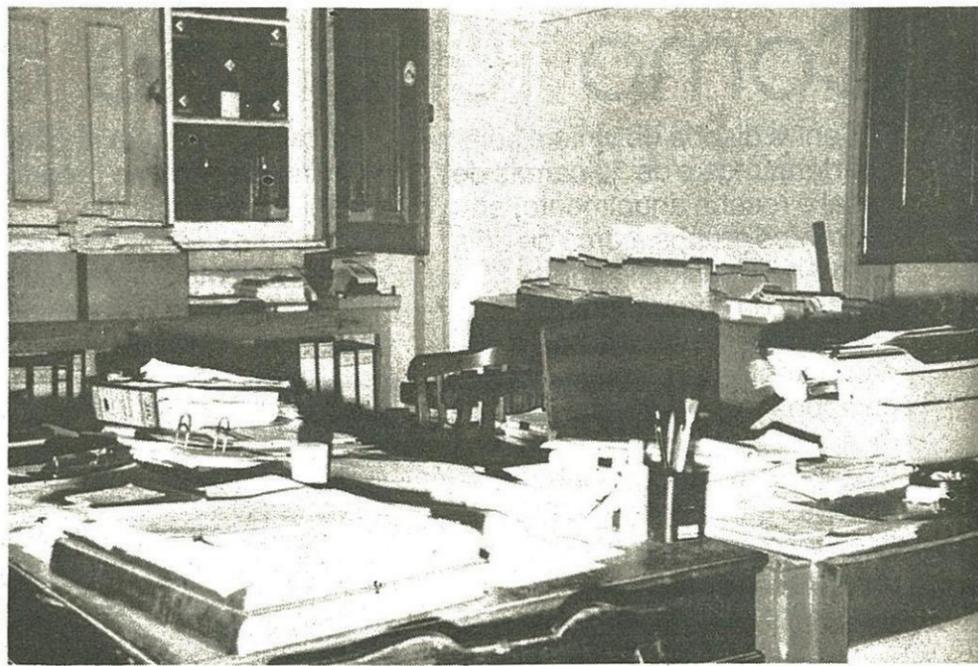
A par destes processos de grupo e da execução da missão informativa, decorrem contactos individuais para determinar se, eventualmente, é necessária assistência (completar) no meio em que cada utente vive. Se tal se verificar ou haver indícios nesse sentido, os colaboradores intervêm desde que o utente o deseje, quer como mediadores, quer remetendo o assunto a outras instâncias.

O programa que — salvo casos especiais — tem actualmente uma duração de duas semanas, é interrompido durante um fim-de-semana, que os participantes passam no seu meio habitual. Na segunda semana do programa, os utentes são acompanhados pelas esposas ou acompanhantes eventuais. O objectivo é que o auxílio que cada um presta a si mesmo seja estimulado pelos que o rodeiam como a sua família, entre outros. Associando assim a companheira, a possibilidade de apoio «voluntário» pode ser reforçada e completada.

Em conclusão, o programa é estabelecido de molde a que a carga psíquica muito pesada em certas fases, seja alternada com actividades mais descontraídas e por vezes recreativas. As instalações no e em torno do complexo e a paisagem circundante oferecem uma infinidade de possibilidades para tal.

Pode ainda dizer-se que o centro da BNMO é, no conjunto das medidas não materiais para os deficientes de guerra um caso único. Trata-se de uma abordagem inovadora, que tem em conta a necessidade constatada de contactos que apoiem e reforcem a identidade entre aqueles que rodeiam de perto o deficiente.

# A Delegação de Castelo Branco da ADFA



Entrevista com membros dos órgãos sociais da Delegação

## Sócios albicastrenses exigem

Sete elementos dos órgãos sociais da Delegação de Castelo Branco da ADFA concederam uma entrevista ao ELO em que falam sobre os mais prementes problemas dessa delegação. Entre estes avulta naturalmente a necessidade de melhoria das instalações sociais, constituídas por duas salas cedidas pela Câmara Municipal, cujo estado de degradação e escassez de meios para um normal funcionamento são patentes.

José Eduardo Garrido Nunes, presidente da Direcção da Delegação, João Morgado Carmona, secretário da Assembleia Geral, José Maria Rolão, relator do Conselho Fiscal, João José Mangana Santos, do Conselho Nacional, Eugénio Baltazar da Costa Branco, vice-presidente da Direcção e José de Oliveira Querido, relator do Conselho Fiscal, dão-nos conta da vida e anseios da sua delegação.

Começamos por lhes pedir que nos digam quais as relações existentes entre a Delegação da ADFA e as autarquias, instituições militares e outras organizações de deficientes. Dizem-nos que a ADFA é aceite e está bem relacionada com todas essas entidades, embora existam alguns problemas de relacionamento com o Distrito de Recrutamento e Mobilização local, a que adiante se aludirá.

No tocante à Câmara Municipal de Castelo Branco, dizem-nos que a ADFA é sempre convidada a estar presente em todas as ocasiões solenes e existe um espírito de colaboração que se materializa já na cedência das instalações ocupadas pela Delegação, já, pontualmente, na colaboração prestada para a realização de provas desportivas durante o Ano Internacional do Deficiente.

Dizem-nos ainda que essa colaboração só não tem sido mais estreita devido à falta de meios humanos, já que a Delegação tem um único empregado e os demais elementos dos órgãos sociais têm afazeres profissionais que lhes não permitem desenvolver mais intensamente um desejável contacto com a Edilidade. Mas também ao problema de falta de meios humanos mais à frente se aludirá.

Dizem-nos ainda que a ADFA mantém em Castelo Branco relações cordiais com a Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais (APACDM), que trabalha em instalações contíguas às da ADFA embora nunca tenha sido empreendida qualquer acção conjunta até hoje. Porém também existem alguns problemas de relacionamento com instituições: o Distrito de Recrutamento e Mobilização de Castelo Branco é unanimemente apontado pelos nossos interlocutores como um «caso difícil» para a ADFA: processos retidos ou recusados por razões formais, casos de pedidos relativos a sócios indeferidos pelo DRM que depois vêm a ser

deferidos sem qualquer problema pelo ramo das Forças Armadas a que esse mesmo sócio pertence, recusa da prestação de informações à ADFA a respeito dos processos por esta instruídos e relativos aos seus sócios. Em nome dos órgãos que representam, os nossos entrevistados disseram-nos entender «que a Direcção Central deve exercer uma acção no sentido de superar este problema».

### Falta de meios humanos e materiais

Sobre as instalações da Delegação que já acima ficaram descritas, os nossos entrevistados limitam-se a confirmar com convicção a necessidade de proceder a obras e adquirir equipamento mínimo para um funcionamento condigno. E não deixam de lembrar que a Delegação de Castelo Branco, uma das primeiras delegações da ADFA foi desde sempre a que menos custos teve para a ADFA no seu



desconforto. Numa só frase: a ADFA tem vivido em instalações à beira da degradação na cidade de Castelo Branco.

Acresce que o pouco e pouco funcional mobiliário existente foi todo obtido por ofertas. Como os sócios locais fazem questão de frizar, a sua Delegação é a mais barata da ADFA e nunca teve qualquer apoio financeiro da Sede.

No domínio humano, esta pobreza extrema também se fez sentir: sozinho, José Garrido trabalha há 11 anos sem gozar férias, trabalhou 19 meses sem qualquer vencimento e durante vários anos com um vencimento inferior ao salário mínimo nacional.

Em final de 1985 a Delegação de Castelo Branco sentiu a necessidade de restabelecer um mínimo de dignidade nas suas instalações.

Contactou a Câmara Municipal que não tem verba para a apoiar. Resolveu então pedir o apoio da ADFA no seu todo, através da Sede.

Feito o levantamento das suas necessidades e pedidos vários orçamentos para cada artigo, a Delegação de Castelo Branco constatou que necessita, como mínimo, de uma verba de 650 contos para restaurar reboco e pintura, construção de uma casa-de-banho condigna e adaptada para grandes deficientes e aquisição do mobiliário de escritório mínimo.

O trabalho que agora se publica foi realizado nos primeiros dias do mês de Fevereiro e os sócios albicastrenses não tinham ainda recebido a boa notícia de que a verba necessária foi incluída no Orçamento da ADFA para 1986.

Assim, as fotos que aqui publicamos serão dentro em pouco imagens do passado. Castelo Branco vai ter as condições de funcionalidade e dignidade que merece.

Iniciamos nesta edição, com uma reportagem sobre a Delegação de Castelo Branco, uma série de trabalhos que visa dar a conhecer a implantação regional da ADFA e as realizações, carências e aspirações dos seus associados que vivem longe dos grandes centros.

A esta Delegação, outras se seguirão, procurando desta forma reduzir as distâncias que nos separam — quer em termos geográficos, quer noutros domínios fundamentais.

A Delegação de Castelo Branco da ADFA tem seis centenas de sócios efectivos e cerca de 200 processos pendentes para a eventual admissão de novos sócios.

Criada logo após a fundação da ADFA, esta Delegação cobre uma zona geograficamente extensa que inclui toda a Beira Baixa e ainda os concelhos de Manteigas e Sabugal na Beira Alta e as regiões de Constância e Abrantes no Ribatejo e Portalegre no Alto Alentejo.

Dada essa dispersão geográfica dos associados a seu cargo, esta Delegação suporta grande carga de expediente. Apenas a título de exemplos, grande parte dos sócios da região paga as suas quotas por cheque ou vale de correio. Em 1985, esta Delegação elaborou cerca de 2000 ofícios e gastou mais de 40 contos em selos de correio.

Para a realização desse trabalho, que recentemente aumentou de forma considerável devido ao expediente da ADME, existe apenas um funcionário, o presidente da Delegação, José Garrido, de quem se diz que «casou com a ADFA» dada a sua grande e incansável dedicação desde o primeiro momento.

No domínio das instalações e equipamento, a Delegação de Castelo Branco tem vivido sempre em modestíssima posição: nas duas salas cedidas pelo Município local, a tinta não resistiu aos anos, os velhos sofás estão rasgados, tal como o linóleo do pavimento, os poucos ficheiros são de madeira prensada, as reparações feitas nas velhas secretárias serviram-se do mesmo material.

A sala de convívio está repleta de secretárias com documentos que não cabem nos arquivadores existentes, a única casa de banho não tem quaisquer condições, Sente-se frio e

# Lourenço André

## «Coitadinho» é coisa do passado

LOURENÇO ANDRÉ, sócio da DFA, residente em Penha Garcia (Castelo Branco), desloca-se há 20 anos numa cadeira de rodas. Durante muito tempo sofreu a incompreensão dos que lhe chamavam «coitadinho». Uma vez chegaram a dar-lhe esmola sem que a tivesse pedido. Porém, para provar que não é coitadinho e não prescinde de dar o seu contributo à sua família e à sociedade, ele semeia batatas, dá comida às galinhas, trabalha no café de um cunhado e circula sozinho em Castelo Branco quando necessário, como qualquer outro cidadão, apesar de serem escassos os passeios que o Município local adaptou devidamente para a circulação de grandes deficientes.

Lourenço dos Santos André tem 41 anos e é figura bem conhecida e estimada em Penha Garcia, a 60 quilómetros de Castelo Branco. É deficiente das Forças Armadas por em 1966 ter sido atingido por um tiro accidental de um companheiro que procedia à limpeza da sua arma, do que resultou lesão grave da espinal medula. «Essas situações aconteciam porque andávamos 30 dias no mato e ao chegar ao quartel, ainda antes de ter comido, nos mandavam limpar as armas.»

Evacuado para Lisboa ao fim de algum tempo, passou pelo Hospital Militar Principal onde foi operado. Esteve dois anos no anexo desse hospital, e oito meses no Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão. Em 1969 pediu alta e regressou à sua terra. Há 17 anos em casa, não cruzou os braços: passa as manhãs com a esposa e os filhos, um de 17 anos, outro de 11, dá comida às galinhas e não esquece meia hora de ginástica diária. «Dar aos pedais faz-me bem. Se estiver três ou quatro dias sem o fazer, as dores nas pernas aumentam.» À tarde vai ao café de um cunhado onde o ajuda no trabalho do estabelecimento, joga às cartas, convive com os seus conterrâneos.

«Em Penha Garcia conheço quase toda a gente.»

Considera-se aceite e estimado pela colectividade, mas lembra também que nem tudo foram rosas no início.

«Coitadinho isto, coitadinho aquilo, era palavra que ouvia a todo o momento. Uma vez até me deram esmola sem que eu a tivesse pedido. É a mentalidade do regime antigo...»

«Tenho amigos como tinha antes» — afirma — mas não deixa de referir alguns sinais de incompreensão por parte de pessoas menos esclarecidas. O facto de possuir casa própria e um pequeno automóvel essencial para as suas deslocações, nem sempre é visto com bons olhos.

«Há muita inveja neste Mundo — desabafa — tudo por causa da casita e do carro!...»

Diz-nos, por outro lado, que costuma ir à delegação da ADFA sempre que lhe é possível.

«Convivermos uns com os outros e discutirmos as coisas é muito importante.»

Porém, «às vezes a vida não permite. Olhe: hoje para cá vir, a mulher teve que deixar de semear as batatas...»

Perguntamos-lhe o que pensa do ELO. Responde:

«O que acho é que traz muita pouca informação a respeito de Castelo Branco. O ELO nunca fala da Associação do Garrido. Só quando se faz a Festa de Natal...»

Passeámos com Lourenço André pelas ruas de Castelo Branco. Verificámos, tal como ele nos havia dito, que há meia dúzia de passeios cujos lancis foram cortados durante o Ano Internacional do Deficiente para facilitar a circulação de cadeiras de rodas. Diz-nos:

«Admira-me que quem mandou adaptar passeios no Centro não o tenha mandado fazer em todo o lado! O recado de Lourenço André aqui fica à atenção da Câmara Municipal de Castelo Branco.»



### A Delegação de Castelo Branco em números

Sócios efectivos em 1983		
<b>Em campanha</b>		
Exército	225	
Força Aérea	25	
Armada	25	275
<b>Em serviço</b>		
Exército	175	
Força Aérea	15	
Armada	8	198
<b>Pensionistas de preço de sangue</b>		
		38
<b>Sócios sem pensão</b>		
Grandes deficientes	17	
Outros	25	42
<b>Total de sócios em 1983</b>		
		553
<b>Novos sócios — 1984</b>		
	22	
<b>Novos sócios — 1985</b>		
	32	54
<b>Total de sócios em final de 1985</b>		
		607

## com uma sede condigna

do, pois até hoje viveu em completa autonomia financeira, sem qualquer apoio da Sede.

reconhecido que somos os desprotegidos. Nunca pedimos nada. Agora que chegou a altura de olharem para nós, ainda não vimos nada...»

domínio dos meios humanos, afirmam-nos que mais um elemento é imprescindível, sobretudo devido à sobrecarga de trabalho resultante da ADFA, e para evitar que a Delegação feche a sua porta sempre que o seu único trabalhador necessita de se deslocar a qualquer outra instituição.

### Núcleos em embrião

amos depois da presença da ADFA noutras cidades da área da delegação. Perguntamos se a delegação encara a constituição de núcleos nas zonas em que se concentre um número de associados. Responde-se em consenso quanto à utilidade e existência desses núcleos, sobretudo no Fundão, Abrantes, Covilhã e Portalegre, mas como estruturas informais não burocratizadas, dada a impossibilidade de aumentar os custos de funcionamento da Delegação. Apontam-nos de resto que esses núcleos existem já, há muito tempo, de uma forma embrionária, em torno de sócios activos residentes nessas localidades, embora fosse desejável houvesse directrizes e apoio para a implementação do funcionamento desses núcleos em embrião. Apontam-nos para cada uma dessas localidades, sócios disponíveis para ajudar os demais sócios e exercer a função de ligação à Delegação:

**Fundão:** sócios Querido e Rolão  
**Abrantes:** sócios Barbado Leal e Rodrigues Neto

**Portalegre:** sócio Vitalino Mourato  
**Covilhã:** sócio Mangana

Falamos depois do relacionamento da Delegação de Castelo Branco com as demais delegações e a Sede Central. Dizem-nos que seria desejável que houvesse visitas mais assíduas da Direcção Central à sua Delegação, para esta se inteirar dos problemas ali existentes, com certa regularidade, uma ou duas vezes no ano, em visitas preparadas previamente. E desabafam num tom crítico: «Quando falamos, todos os problemas são resolvidos de uma penada e ao fim, na prática, nada. As reuniões são uma maravilha mas não se tem passado disso. As nossas dificuldades são reconhecidas e entendidas mas não têm sido satisfeitas.»

Apontam a necessidade de uma «maior descentralização» e de uma «mais justa distribuição dos recursos» pois, afirmam, sem entrar em pormenores, «a distribuição de verbas nem sempre tem sido a mais criteriosa».

Estamos de novo a falar da necessidade de obras na Delegação e da aquisição de ficheiros e de um cofre metálico. Quanto custa?

«Dos vários orçamentos que pedimos para pintura, construção de casa de banho adaptada para grandes deficientes e material de escritório, os mais baratos somam 650 contos, mas foram pedidos há já alguns meses.»

«A Direcção Central prometeu resolver esse nosso problema, anunciámos aos sócios que as beneficiações iam ser feitas, os sócios estão na expectativa. Porém, ainda não vimos nada...»

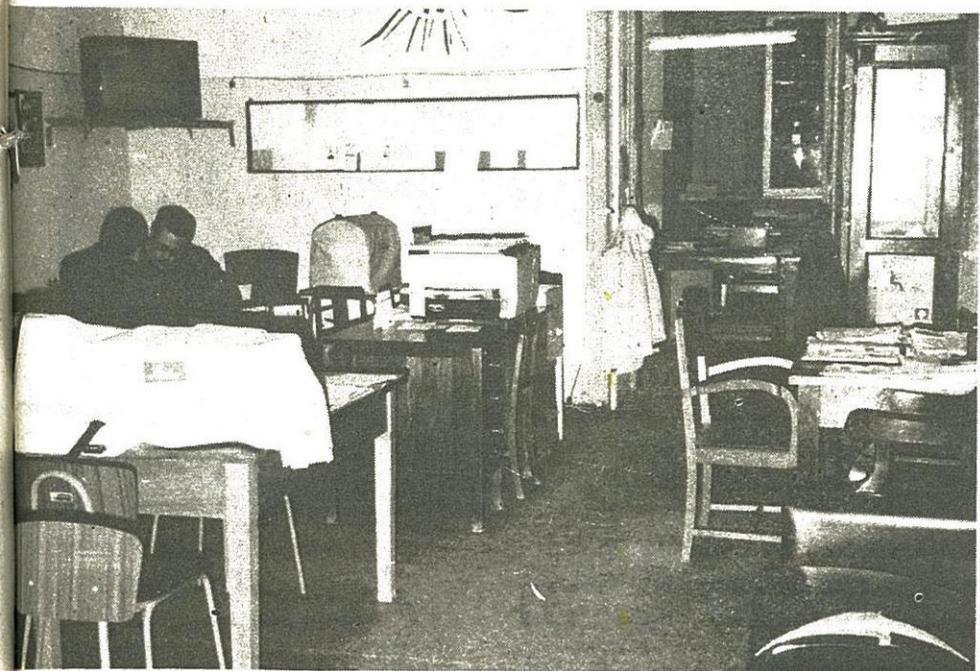
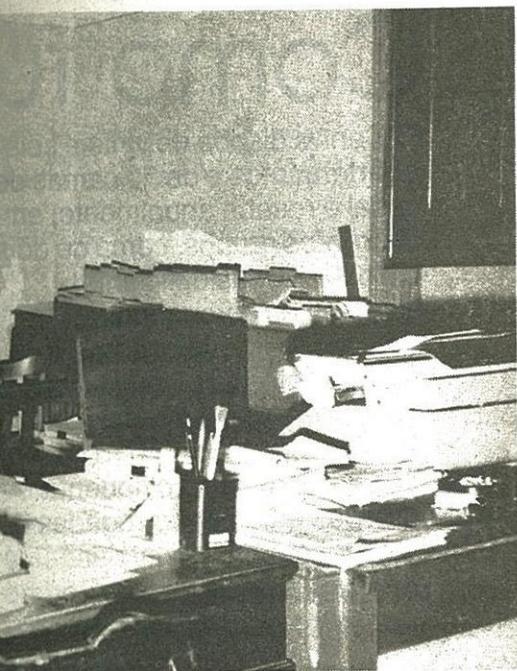
**NOTA DA REDACÇÃO:** Posteriormente à elaboração deste trabalho, contactada a Direcção Central da ADFA, esta informou-nos de que a verba necessária para a realização das obras de que a Delegação de Castelo Branco carece foi incluída no Orçamento da ADFA para 1986.

### Conviver é preciso

A finalizar, perguntamos quais as realizações da Delegação no âmbito do convívio entre os seus associados. Respondem-nos que até 1983 se realizava uma Festa de Natal na Delegação, a qual deixou de ter lugar por problemas financeiros: «Até aí, com uma verba de 40 contos conseguíamos dar uma prenda modesta, de uns 200 escudos, a cada filho dos associados. Hoje o número de sócios e de filhos é maior e essa verba, por outro lado, já não chega.»

«Vão ser estudadas novas fórmulas a propor aos sócios. Entretanto, aceitam-se todas as sugestões.»





os órgãos sociais da Delegação

## Castelhana exigem uma sede condigna

os sociais da Delegação de Castelo Branco numa entrevista ao ELO em que falam sobre os problemas dessa delegação. Entre estes problemas a melhoria das instalações das salas cedidas pela Câmara Municipal, a escassez de meios para um normal

es, presidente da Direcção da Delegação, secretário da Assembleia Geral, José António Fiscal, João José Mangana Santos, António Baltazar da Costa Branco, vice-presidente de Oliveira Querido, relator do plano da vida e anseios da sua delegação.

deferidos sem qualquer problema pelo ramo das Forças Armadas a que esse mesmo sócio pertence, recusa da prestação de informações à ADFA a respeito dos processos por esta instruídos e relativos aos seus sócios. Em nome dos órgãos que representam, os nossos entrevistados disseram-nos entender «que a Direcção Central deve exercer uma acção no sentido de superar este problema».

### Falta de meios humanos e materiais

Sobre as instalações da Delegação que já acima ficaram descritas, os nossos entrevistados limitam-se a confirmar com convicção a necessidade de proceder a obras e adquirir equipamento mínimo para um funcionamento condigno. E não deixam de lembrar que a Delegação de Castelo Branco, uma das primeiras delegações da ADFA foi desde sempre a que menos custos teve para a ADFA no seu

do, pois até hoje viveu em completa autonomia financeira, sem qualquer apoio da Sede. É reconhecido que somos os menos protegidos. Nunca pedimos nada. Agora que chegou a altura de olharem para nós, ainda não vimos nada...» No domínio dos meios humanos, afirmam-nos que mais um elemento é imprescindível, sobretudo devido à sobrecarga de trabalho resultante da DME, e para evitar que a Delegação chegue a sua porta sempre que o seu único trabalhador necessita de se deslocar a qualquer outra instituição.

### Núcleos em embrião

falamos depois da presença da ADFA em outras cidades da área da delegação. Perguntamos se a delegação encara a constituição de núcleos nas zonas em que se concentre maior número de associados. Verifica-se consenso quanto à utilidade e existência desses núcleos nomeadamente no Fundão, Abrantes, Covilhã e Portalegre, mas como estruturas informais não burocratizadas, dada a impossibilidade de aumentar os custos de funcionamento da Delegação. Dizem-nos de resto que esses núcleos existem já, há muito tempo, de uma forma embrionária, em torno de sócios activos residentes nessas localidades, embora fosse desejável que houvesse directrizes e apoio para a implementação do funcionamento desses núcleos em embrião. Indicam-nos para cada uma dessas localidades, sócios disponíveis para assumir os demais sócios e exercer a função de ligação à Delegação:

*Fundão:* sócios Querido e Rolão Abrantes; sócios Barbado Leal e Rodrigues Neto

*Portalegre:* sócio Vitalino Mourato

*Covilhã:* sócio Mangana Falamos depois do relacionamento da Delegação de Castelo Branco com as demais delegações e a Sede Central. Dizem-nos que seria desejável que houvesse visitas mais assíduas da Direcção Central à sua Delegação, para esta se inteirar dos problemas ali existentes, com certa regularidade, uma ou duas vezes no ano, em visitas preparadas previamente.

E desabafam num tom crítico: «Quando falamos, todos os problemas são resolvidos de uma penada e ao fim, na prática, nada. As reuniões são uma maravilha mas não se tem passado disso. As nossas dificuldades são reconhecidas e entendidas mas não têm sido satisfeitas.»

Apontam a necessidade de uma «maior descentralização» e de uma «mais justa distribuição dos recursos» pois, afirmam, sem entrar em pormenores, «a distribuição de verbas nem sempre tem sido a mais criteriosa».

Estamos de novo a falar da necessidade de obras na Delegação e da aquisição de ficheiros e de um cofre metálico. Quanto custa?

«Dos vários orçamentos que pedimos para pintura, construção de casa de banho adaptada para grandes deficientes e material de escritório, os mais baratos somam 650 contos, mas foram pedidos há já alguns meses.»

«A Direcção Central prometeu resolver esse nosso problema, anunciámos aos sócios que as beneficiações iam ser feitas, os sócios estão na expectativa. Porém, ainda não vimos nada...»

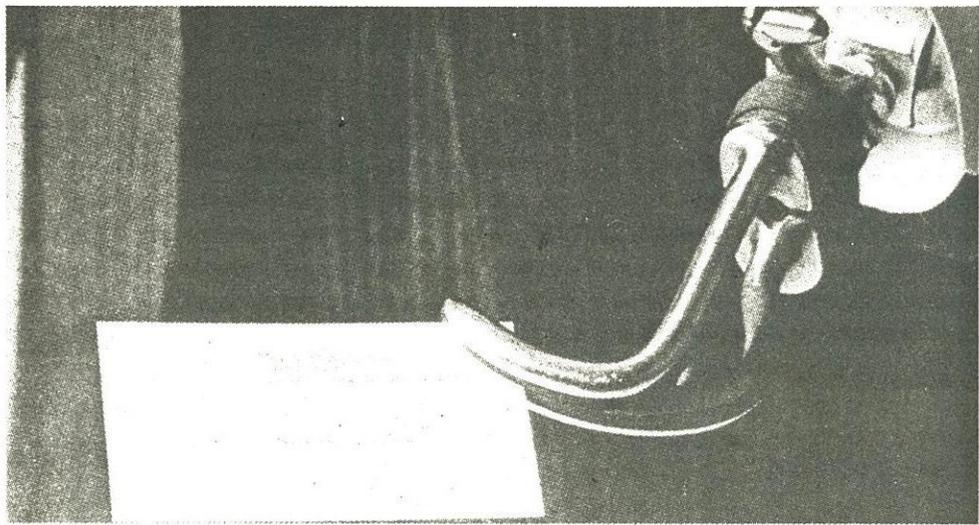
**NOTA DA REDACÇÃO:** Posteriormente à elaboração deste trabalho, contactada a Direcção Central da ADFA, esta informou-nos de que a verba necessária para a realização das obras de que a Delegação de Castelo Branco carece foi incluída no Orçamento da ADFA para 1986.

### Conviver é preciso

A finalizar, perguntamos quais as realizações da Delegação no âmbito do convívio entre os seus associados. Respondem-nos que até 1983 se realizava uma Festa de Natal na Delegação, a qual deixou de ter lugar por problemas financeiros: «Até aí, com uma verba de 40 contos conseguíamos dar uma prenda modesta, de uns 200 escudos, a cada filho dos associados. Hoje o número de sócios e de filhos é maior e essa verba, por outro lado, já não chega.

«Vão ser estudadas novas fórmulas a propor aos sócios. Entretanto, aceitam-se todas as sugestões.»





## A responsabilidade dos órgãos de Comunicação

Nos jornais, livros, revistas, na televisão, no cinema, no teatro e na rádio, os meios de comunicação exercem uma influência única sobre a forma como as pessoas entendem o mundo em transição que as rodeia.

Ao ter em conta a função cada vez mais importante dos meios de Comunicação na orientação da forma como a sociedade se considera a si mesma e ao ter em conta que se calcula em 10 por cento a percentagem de pessoas deficientes em qualquer sociedade, as Nações Unidas convocaram um grupo de trabalho de especialistas de todas as partes do Mundo para formular directrizes com vista à inclusão e apresentação dos deficientes nos meios de Comunicação. Esse grupo de trabalho trabalhou em Viena e elaborou directrizes que foram distribuídas a indivíduos e organismos de 77 países para exame crítico.

Devem ter-se em conta algumas considerações básicas para se poder fazer um uso pleno e eficaz destas directrizes:

1. Fizeram-se todos os possíveis para formular directrizes que pudessem ser adoptadas por pessoas que trabalhem em todas as formas de meios de Comunicação em diferentes países e situações. O que se segue não são regras para seguir rigidamente da mesma forma em todo o Mundo. Pelo contrário, são sugestões destinadas a facilitar uma apresentação exacta e apropriada do deficiente numa variedade de meios, não deixando com isso de incentivar a carácter de criatividade e individualidade inerente à indústria dos meios de Comunicação.

2. As directrizes foram elaboradas para todos os grupos de deficientes incluindo pessoas

com falta de vista, ouvido ou fala ou com limitações no seu uso, pessoas com atrasos mentais, pessoas com mobilidade limitada, pessoas com perturbações emocionais e outras pessoas deficientes por doenças crónicas e outros factores. Da mesma forma, as directrizes foram elaboradas para servir adequadamente aos meios vocacionados para informar, educar ou divertir.

3. Por último, é importante que aqueles que produzem os meios de Comunicação não percam de vista o objectivo básico das directrizes:

**APRESENTAR AS PESSOAS DEFICIENTES DE FORMA QUE, SEMPRE QUE SEJA POSSÍVEL, SE DEMONSTRE A SUA PARTICIPAÇÃO VARIADA, POSITIVA E MULTIDIMENSIONAL NA SOCIEDADE.**

As directrizes que se seguem foram revistas por um subgrupo com base no exame realizado a nível mundial.

1. Descreva a curiosidade natural e a ocasional situação embaraçosa que pode produzir-se em situações sociais em que participam pessoas deficientes ou não deficientes. Quando for apropriado, fornecer exemplos positivos em que essa curiosidade seja satisfeita e em que diminua esse embaraço.

3. Inclua nos trabalhos dos meios de Comunicação pessoas deficientes além daquelas cuja história é o tema principal.

4. Evite apresentar os deficientes como pessoas dependentes ou dignas de compaixão. Outros estereótipos que devem evitar-se consistem na apresentação das pessoas deficientes como crédulas por condição, assexuadas, desnecessariamente perigosas ou dotadas singularmente de

uma habilidade especial resultante da deficiência.

5. Considerar cuidadosamente as palavras utilizadas para descrever ou caracterizar pessoas deficientes. Reconhecer e evitar frases que possam rebaixar essas pessoas (por exemplo surdo como uma pedra).

6. Apresentem-se as pessoas deficientes da mesma forma multidimensional como as demais.

7. Apresentar as dificuldades das pessoas deficientes de molde a não insistir indevidamente na deficiência ou tornar a situação exagerada ou emocional. Por exem-

plo em relatos e informações documentais só deve assinalar-se o facto de uma pessoa ter uma deficiência quando se revele pertinente.

8. Deve proporcionar-se informação ao público sobre a prevenção e tratamento de doenças que possam dar origem a deficiências, bem como sobre a existência de serviços para as pessoas com deficiências e suas famílias. Isto pode ser feito através de campanhas de informação pública e também pode integrar-se na produção geral dos meios de informação.

### Afixar este símbolo é o primeiro passo da sua colaboração



Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo». O seu trabalho pode ser facilitado. O atendimento do público é sempre fatigante. Quantas discussões e aborrecimentos se devem a uma palavra que não foi ouvida, a uma frase que se percebeu mal?

É necessário que todos aqueles que lidam diariamente com o público participem nesta campanha, para tornar mais simples a vida de quem é surdo total ou apenas ouve mal, para tornar mais simples a sua própria vida.

**Evite a fadiga.**

**Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo». Ao ajudar está a ser ajudado.**

*Campanha de Colaboração com o Surdo*

**Secretariado Nacional de Reabilitação**

## Apoio Médico na Sede

CLINICA GERAL — Médico: sócio dr. Fernando Brito (segundas feiras às 14 horas).

PSICOLOGIA CLINICA — Psicólogo: sócio dr. Valente dos Santos (na primeira quinta-feira do mês às 10 horas).

Estas consultas são gratuitas e destinam-se

aos sócios e seus familiares directos. Marcações através do Departamento de Integração Social (DIS).

Além da consulta indicada, o psicólogo Valente dos Santos dará ainda apoio domiciliário a sócios ou familiares que não possam deslocar-se.

Estas consultas domiciliárias terão lugar nas terceiras quintas-feiras do mês.

O dr. Valente dos Santos está ainda à disposição dos sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém do seu consultório: Rua Angelo Tamagnini n.º 11, r/c Esq., em Tomar.

# Como melhorar a informação a respeito das pessoas deficientes

● Recomendações de um Seminário das Nações Unidas, destinadas à Imprensa e às organizações de deficientes

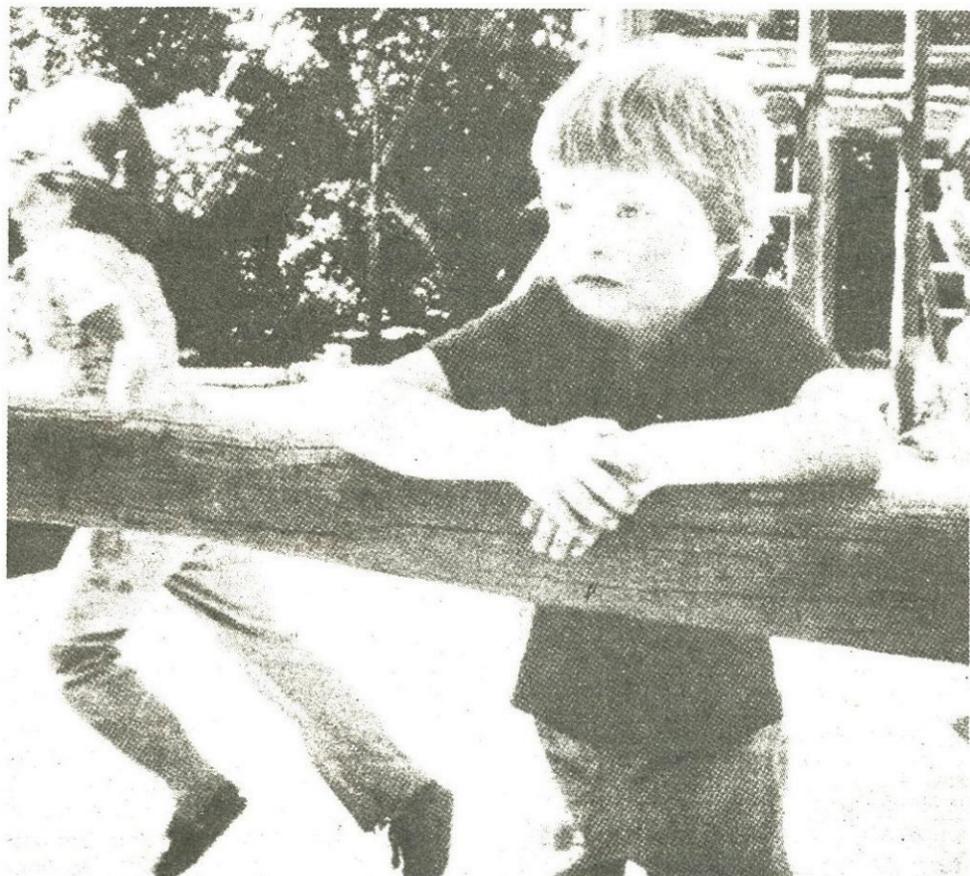
As organizações que devido à sua própria experiência têm conhecimentos, informação e sensibilidade para os problemas relacionados com a deficiência devem assumir uma responsabilidade especial para conseguir que os meios de comunicação apresentem as pessoas deficientes e os problemas relacionados com a deficiência de uma forma que seja construtiva. Cada organização deve procurar que todas as suas relações com os meios de comunicação, incluindo campanhas de recolha de fundos, publicações e outras formas de contacto com o grande público sejam *modelos* pela sua atenção à dignidade da pessoa deficiente.

Entre as medidas eficazes para o conseguir incluem-se as seguintes:

1. Promover e divulgar amplamente nos principais meios de comunicação as directrizes elaboradas por este seminário. Sempre que seja possível, exortam-se as organizações a transmitir as directrizes através de um contacto pessoal directo com os responsáveis pela sua produção nos meios de comunicação.
2. Estabelecer um sistema através do qual a forma de apresentar as pessoas deficientes nos meios de comunicação possa ser examinada de forma sistemática e crítica e na qual os resultados de tal exame, positivo ou negativo, sejam transmitidas

regularmente aos meios de comunicação.

3. Reunir exemplos das formas mais notórias como são apresentados os temas relacionados com a deficiência nas diferentes formas de meios de comunicação e levá-los à atenção de todos eles.
4. Organizar seminários de pessoas deficientes, promotores e representantes dos meios de comunicação para elaborar e aplicar planos destinados a promover a consciência, a compreensão e a aceitação pelo público das pessoas com deficiências. Esses planos devem ser analisados e revistos regularmente.
5. Criar um serviço de informação para prestar assistência pessoal e prática aos órgãos de informação nos seus esforços para elaborar trabalhos sobre pessoas deficientes ou a elas destinados.
6. Desenvolver uma campanha para incentivar e habilitar as pessoas deficientes a participar em todos os níveis e formas dos meios de comunicação, incluindo em programas de habilitação, seminários, grupos de trabalhos e clubes oficiosos onde as pessoas deficientes possam desenvolver as suas aptidões em todos os terrenos relacionados com os meios de comunicação. Sempre que seja possível, estes foros deverão incluir a participação de pessoas não deficientes.
7. Garantir que todas as instituições e organizações que se ocupam do ensino e da



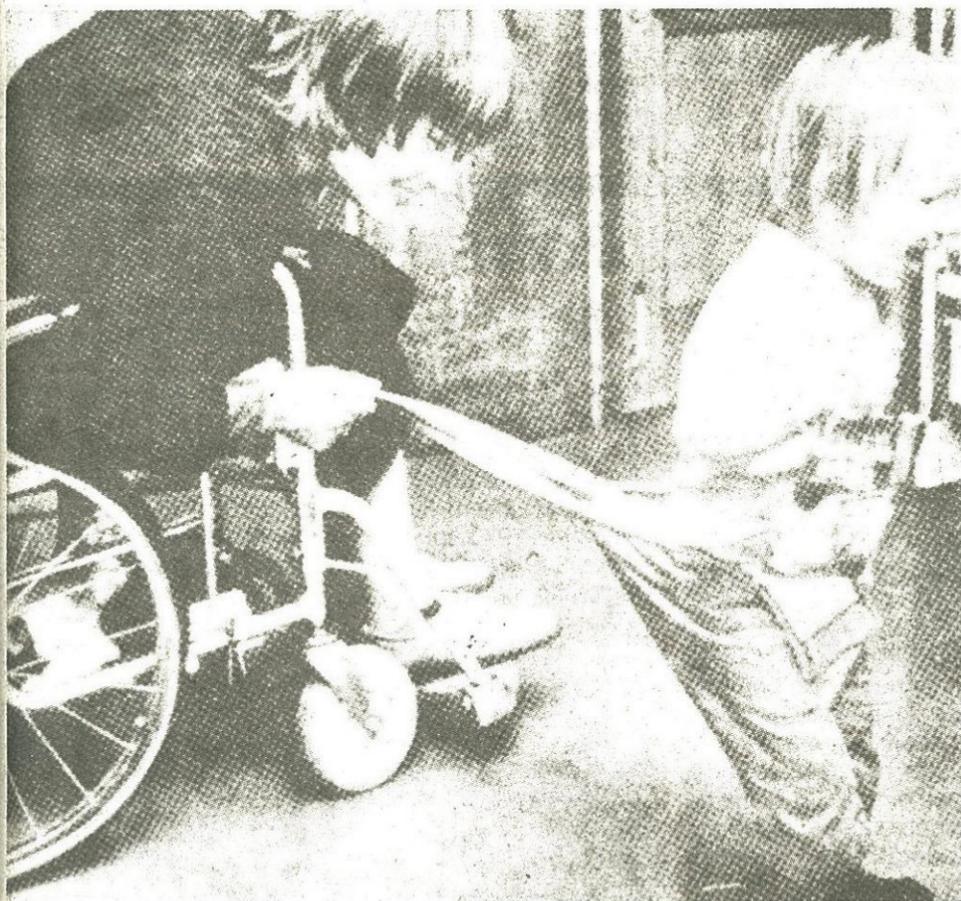
*Um exemplo negativo: a foto sublinha o isolamento da pessoa deficiente*

investigação em esferas ligada aos meios de comunicação incluam temas relacionados com as deficiências como parte normal do seu trabalho.

8. Utilizar unidades móveis de meios de comunicação, onde seja apropriado, para informar sobre a prevenção, educação, reabilitação e habilitação das pessoas deficientes.
9. Conseguir que as pessoas deficientes, as suas famílias e as comunidades tomem parte activa nas actividades da comunicação através de grupos de debate, actividades comunitárias e informação retroactiva aos meios de comunicação (por exemplo

programas de rádio teleclubes grupos de leitura cineclubes e sessões de projecção para os grupos indicados e por esses mesmos grupos).

10. Além dos meios de comunicação de massas, prestar atenção às formas orais e outras formas tradicionais de comunicação, especialmente em regiões não atingidas regularmente pelos meios de comunicação de massas.
11. Coordenar a nível nacional todas as medidas adoptadas a respeito dos órgãos de comunicação com outras organizações de ou para deficientes.



*Exemplos positivos: pessoas deficientes são apresentadas em plena integração no seu meio familiar e profissional*

Reunião com sócios:

# Todos devem ter lugar na ADFA

Realizou-se no sábado dia 15, na Sede, uma reunião com sócios que pelos mais variados motivos têm tido uma participação menor na vida da Associação.

Pretende-se com esta iniciativa, a que outras idênticas se seguirão, chamar à ADFA muitos dos que parecem desmotivados da vida associativa, criando meios para uma maior participação. Assim, estão e continuarão a ser reforçadas as condições para que na ADFA todos tenham lugar: os deficientes das Forças Armadas que nunca se fizeram sócios, e aqueles que, sendo sócios, não têm participado grandemente na vida da

Associação podem e devem ter um papel de grande importância.

Muitos sócios e muitos deficientes, por estranho que tal possa parecer, desconhecem ainda a realidade actual da ADFA, as suas realizações, a extensão da sua presença na sociedade portuguesa e em organismos internacionais.

Estas iniciativas têm igualmente uma função de divulgação, para que todos aqueles que se encontram unidos por uma condição idêntica de deficientes das Forças Armadas encontrem nesta casa, no respeito e na tolerância pelas opções próprias de cada um, um local de convívio aberto

# Protesto

## Direito à total participação e igualdade posto em causa pelo Decreto 497/85 que aprovou a Lei Orgânica do Governo

No dia 9 de Dezembro de 1985, DIA NACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES, as Associações de e para Deficientes, signatárias deste documento, apresentaram em encontro público ao Secretariado Nacional de Reabilitação as suas apreensões quanto à maneira como vinham sendo encarados os problemas dos deficientes portugueses, não se descortinando vontade política consonante com as recomendações do Plano Mundial de Acção para a Década dos Deficientes, aprovada pelas Nações Unidas e que o Governo Português subscreveu, nem com as esperanças advindas da nossa integração europeia e nem com as posições das organizações representativas dos deficientes que têm participado de boa fé na procura de caminhos novos que visem, de facto, a integração das pessoas deficientes.

Não aceitando o papel de espectadores passivos alertamos, na ocasião, para a deterioração crescente das condições de vida dos deficientes e suas organizações representativas, aceitando-se o recurso aos sentimentos caritativos como solução para a maioria das situações sociais graves.

A questão da integração das pessoas deficientes, contrariamente a outras preocupações nacionais e que desde há muito o Estado assumiu como suas obrigações, só começou a ser encarada como tal no início dos anos setenta com a publicação da Lei 6/71 que pela primeira vez em Portugal equacionou a reabilitação e a integração dos deficientes ao nível inter-ministerial.

Os princípios enformadores da lei 6/71 evoluíram positivamente após o 25 de Abril de 1974, mercê do imprescindível contributo dos deficientes, com a publicação do Decreto-Lei N.º 346/77 que criou o Secretariado Nacional de Reabilitação, estrutura dependente da Presidência do Conselho de Ministros e que claramente assume o processo de integração das pessoas deficientes numa perspectiva global, antecipando-se de algum modo, às recomendações aprovadas pela ONU em 1981, Ano Internacional do Deficiente.

Estavam assim criadas as condições objectivas em que, de uma vez por todas, se assumia a integração da pessoa deficiente, como um processo global e contínuo que passa pelas áreas da sensibilização, prevenção, educação, formação profissional, trabalho, urbanismo, transportes e segurança social.

Criado este capital de esperança e reconhecido que foi o direito à participação deitaram-se mãos à obra, cimentando com o nosso esforço o lugar à plena cidadania.

A entrada de Portugal para a Comunidade Europeia trouxe novas esperanças, já que possuindo o Governo o instrumento privilegiado para a prossecução da política nacional de reabilitação, bastariam os apoios do Fundo Social Europeu para progressivamente se começar a dar resposta às enormes carências, com que no dia a dia se confrontam os deficientes.

De resto, a existência do SNR com as características referidas, vinha sendo reconhecida pelos nossos parceiros europeus como um meio óptimo de, num curto espaço de tempo, podermos recuperar do atraso em que nos encontramos, por ser fácil a canalização dos respectivos fundos para as áreas mais carecidas.

A decisão do Governo, transferindo o SNR da Presidência do Conselho de Ministros para a dependência da Secretaria de Estado da Segurança Social, veio quebrar toda esta dinâmica de progresso em que se encontravam empenhados não só os deficientes, mas também muitos técnicos, que no SNR e noutros serviços públicos comungam desta nova filosofia, discutida e amadurecida nos areópagos internacionais e que com orgulho Portugal acompanhava.

Voltar a encarar a integração da pessoa deficiente apenas à luz da Segurança Social mais do que um retrocesso

constitui um inqualificável desprezo por todos aqueles que ao longo destes anos acreditaram que era possível um futuro melhor e que sempre constituíram a fatia da população mais marginalizada.

Apesar desta gravosa medida administrativa, só compreendida por desconhecimento do legislador, estamos cientes de que não se irá concretizar na prática, por felizmente não existir suporte humano para a pôr a funcionar, estando as organizações signatárias deste documento certas de que rapidamente será reposta a filosofia do diploma legal que criou o SNR.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1985.

Subscrevem o documento:

LCJD — Liga de Cegos João de Deus  
ADFA — Associação de Deficientes das Forças Armadas

LPDM — Liga Portuguesa dos Deficientes Motores

APPACDM — Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais

APS — Associação Portuguesa de Surdos

APECDA — Associação Portuguesa para a Educação das Crianças Diminuídas Auditivas

CNAD — Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes

ACSMA — Associação Cultural de Surdos Mudos da Amadora

APPCA — Associação Portuguesa de Protecção às Crianças Autistas

ASBHP — Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal

CERCI — Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Lisboa.

# Janela Interior

Pelo sócio

Dr. Valente dos Santos

Um dos espaços físicos onde o adolescente passa uma grande parte do seu tempo, é a Escola, frequentando ou não as aulas. Na ausência do psicológico escolar, pensamos que o professor, pode desempenhar um papel extremamente positivo, como facilitador da integração socio-afectiva do aluno adolescente.

A crise de desenvolvimento, adolescência, é geralmente vivida, durante o 8.º e 9.º anos de escolaridade.

O actual sistema escolar, exige uma opção quando se chega ao 9.º ano, que remete o aluno para uma futura via socio-profissional.

Tentando equacionar o currículo escolar com a orientação, apareceu no início da década de 70, nos Estados Unidos e na Inglaterra, um movimento que, em Portugal, se chamou Educação de Carreiras.

O conceito de carreira, substitui o de profissão, e assim a opção escolar não visa uma profissão específica, mas um lenque de profissões que se recortam não só numa base técnico-científica, como num perfil psicológico.

A Educação de Carreiras compõe-se dos seguintes conceitos básicos:

1. O conhecimento das oportunidades, em que se pretende equacionar, o sistema escolar e o mundo do trabalho. Essa adequação passa pela análise de alguns factores como o número de vagas para determinado curso, a compensação monetária, a possibilidade de emprego imediato, e outros aspectos.
2. O conhecimento de si próprio, feito por psicológicos, que procuram conhecer as capacidades, aptidões, motivações, aspirações e limitações do aluno. Este conceito tem como fase final, a aprendizagem da decisão, em que o jovem aprende a e como decidir.
3. A aprendizagem para a transição permite preparar o jovem para entrar no mundo do trabalho, através de contactos, mais ou menos prolongados, com a nova actividade, tentando reajustar-se o desfazamento existente entre uma aprendizagem académica, e o trabalho do dia-a-dia. Retomando o tema inicial, adolescência e escola, como poderá o adulto, no seu estatuto de professor, apoiar o adolescente, na sua condição de aluno?

# Sócios falecidos

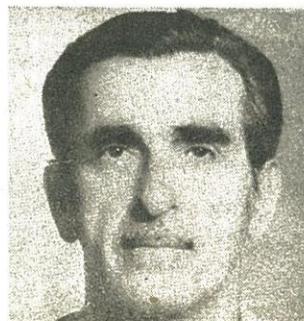


**TEÓFILO GOMES DE ANDRADE**, sócio n.º 579, faleceu em 3 do corrente mês de Fevereiro, vítima de ataque cardíaco.

Este nosso associado, tenente do SGE, sofria de paraplegia e discopatia espondilósica, doenças que o afectaram durante uma comissão de serviço em Angola. Era natural

do Rio de Janeiro, Brasil, e residia em Lisboa.

**ÂNGELO GONÇALVES CALRÃO**, sócio n.º 5344, pensionista de preço de sangue por seu filho David Barbosa Calrão, falecido em Moçambique em 1970, foi vítima do cancro gastro-esofágico no dia 10 de Janeiro



ro transacto. Era natural de Castelo Branco e residia em Sintra.

**JOSÉ PALLOS DA ROSÁRIA**, sócio n.º 2113, faleceu em 18 de Julho do ano transacto, segundo informação que agora nos chega através de um seu neto.

José Pallos era capitão do Exército reformado e havia sofrido um enfarte de miocárdio durante uma comissão de serviço em Angola em 1962. Era natural de Lisboa e residia em Cascais.

**AOS FAMILIARES E AMIGOS DESTES Nossos Sócios**, apresentamos as mais sentidas condolências.



EL EUROPEAN  
SPECIAL  
SPORT '85  
EN  
IMAGENES



**FORD CORTINA — 4 PORTAS — 1965**  
1200 CM3 — 6E-88-41 — GASOLINA  
ADAPTADO — COMANDO MANUAL

Acelerador e travão de serviço à esquerda, embraiagem manual à Direita (mudanças ao volante) — Cor: Branco.  
Preço a combinar  
Mário Ferreira, tel: emp. 61 57 32  
Av. Carolina Micaelis, 21 R/C Dt.º  
LINDA-A-VELHA

## FÉRIAS — POLIGRUPO

A Poligrupo promove viagens em condições especiais para os sócios da ADFA.

Uma viagem à SUIÇA, ALEMANHA, FRANÇA e ESPANHA; durante 12 dias em autopulman.

Preço por pessoa: 5850\$00 x mês, durante 24 meses.

Inscrições limitadas.

Os sócios e familiares interessados devem contactar D. Fátima Simões. Telef.: 73 27 81 e 73 26 41.

ESTE ESPAÇO PODE SER SEU.

O «ELO» É LIDO MENSALMENTE POR CERCA DE 15000 PESSOAS

ANUNCIE NO «ELO»

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA, TEL. 362167/8/9  
LARGO S. DOMINGOS — 1194 LISBOA CODEX



A. N. D. E.

## ASOCIACION ESPAÑOLA DE DEPORTES, OCIO Y TIEMPO LIBRE PARA MINUSVALIDOS PSIQUICOS

DECLARADA ENTIDAD DE UTILIDAD PUBLICA (A.C.M. de 5-3-82)

Sete mil jovens deficientes mentais e 3000 jovens não deficientes provenientes de todas as partes da Espanha e de outros 25 países entre os quais Portugal vão participar em Madrid em Junho próximo numa série de actividades desportivas e culturais denominadas «ANDE 86».

Trata-se de uma iniciativa da Associação da Espanhola de Desportos, Tempo Livre e Lazer para Deficientes Mentais, que decorrerá sob o lema «Pela Integração».

Já na edição de 1985 desta realização, da qual apresentámos algumas imagens nesta página, estiveram presentes várias instituições portuguesas de apoio a crianças deficientes mentais. No domínio desportivo as provas incluirão as modalidades de atletismo, natação, corrida, futebol de salão, basquetebol, andebol, voleibol, ginástica rítmica e desportiva, ténis de mesa e ciclismo.

Paralelamente decorrerão actividades cultural-recreativas constantes de pinturas, redacção, xadrez, actividades musicais e danças regionais.

Em próximos números do «Elo» voltaremos a falar do assunto.

## Aulas de Natação

As aulas de natação para grandes deficientes e filhos de Sócios da ADFA, concluídas as

Embora sujeito a correcções de acordo com o número de inscritos, está previsto o seguinte horário:



obras na Piscina do Areeiro, em Lisboa, vão finalmente poder iniciar-se no princípio do próximo mês de Março.

Continuarão a ser aceites inscrições até final de Fevereiro no Departamento de Desporto.

rio para as aulas, dirigidas pelo nosso associado Carlos Noivo:

Terças e Quintas das 10 às 11H30.

Segundas e Sextas das 15 às 16 H.

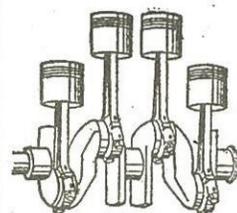


«ELO»:

## Número avulso custa 25\$00

Devido ao aumento geral de custos e nomeadamente das taxas de expedição dos CTT, os preços de venda do ELO e os portes de correio para o estrangeiro pasam a ter os seguintes preços:

Assinatura .....	300\$00
Exemplar avulso .....	25\$00
Taxa de expedição para o estrangeiro .....	400\$00



**FIMAR AUTO**  
PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS

DESCONTOS ESPECIAIS AOS SÓCIOS DA ADFA



TEEF. 76 51 60/8 - 73 13 69

R. DAVID DE SOUSA, 3-B — 1000 LISBOA

Em conferência de Imprensa

# Associações de deficientes protestaram contra nova Lei Orgânica do Governo

**Associações de e para deficientes promoveram no passado dia 5 de Fevereiro uma conferência de Imprensa destinada a exprimir publicamente um protesto pela falta de sensibilidade revelada pelo Governo para com os problemas dos cidadãos deficientes, ao colocar o Secretariado Nacional de Reabilitação na dependência da Secretaria de Estado da Segurança Social.**

Durante a conferência de Imprensa, representantes de várias associações tiveram ocasião de informar os jornalistas presentes sobre as consequências desta decisão governamental, tendo igualmente sido distribuído um documento — que junto reproduzimos na íntegra — com uma síntese das razões que motivam este protesto.

Henrique Portugal, da Liga de Cegos João de Deus (LCJD), começou por saudar os presentes e particularmente o secretário nacional de Reabilitação, que assistiu à conferência de Imprensa, tendo afirmado:

«Como membro do

Conselho Nacional de Reabilitação sou testemunha do seu esforço pelos deficientes». «Sei que se mais não fez foi porque não pôde.»

Referindo-se depois à transferência da tutela do SNR da presidência do conselho de ministros para a Secretaria de Estado da Segurança Social, Henrique Portugal afirmou que isso constitui «uma série muito grande de passos atrás numa política que pretendíamos voltada para a frente».

O Dr. Henrique Portugal apontou depois um problema concreto resultante da falta de conjugação entre as políticas

dos vários departamentos estatais:

«A LCJD tem a funcionar desde Agosto de 1985 um Centro de Formação para pessoas ce-

cientes ficam sem direito a pensão social» por auferirem esse subsídio manifestamente insuficiente para acorrer às suas necessidades elementares.

«Sem integrar toda a problemática da deficiência numa só Secretaria de Estado de um só Ministério — concluiu — não há possibilidade real de equacionar devidamente os problemas dos deficientes.»

«Na actual situação do mercado de trabalho, disse ainda, teria que haver coragem política para tomar medidas de fundo como a abertura de lugares estatais para deficientes, não como deficientes mas atendendo às suas capacidades.

Mas as outras questões, como serão resolvidas?»

Falou depois José Arruda, da ADFA, para lembrar que, na actual situação, em que as associações de deficientes se vêem forçadas a recorrer a pedidos para subsistir, a colocação do organismo coordenador de uma política de reabilitação na esfera de Segurança Social é consonante com a ideia de que aos deficientes só resta recorrer à caridade, negando assim as recomendações dos organismos internacionais como a ONU e a Reabilitatin International.

«De repente — acrescentou José Arruda —

não foram ouvidos para a tomada de tão grave decisão.

Respondendo a perguntas dos jornalistas, José Arruda revelou que o documento então divulgado será entregue à Comissão Parlamentar de Saúde, à Secretaria de Estado da Segurança Social, e órgãos de soberania.

Foi depois realçado o carácter rigorosamente apertado das iniciativas neste grupo de associações de deficientes, e lembrado que os problemas dos deficientes são muito frequentemente preteridos devido à tomada de posição político-partidária por algumas outras associações.

Além de Henrique Portugal e José Arruda, estiveram ainda presentes nesta conferência de Imprensa.

Ana Luísa de Rego da APPACDM, Mariette Castro Fernão da APECDA, Celeste Costa da CNAD, António Correia da ACSMA e Maria da Conceição Moita da CERCÍ - Lisboa.

A Imprensa por seu turno, além do Elo esteve representado pela Agência Notícias de Portugal, «Jornal de Notícias» e «Diário de Notícias».

Texto integral do documento de protesto subscrito por 11 Associações de e para deficientes a que este texto se refere, na pág. 10

gas do sexo feminino, as quais recebem um subsídio mensal de 10 contos. Ora por efeito da legislação em vigor esses defi-

«Ora a integração do SNR no Ministério do Trabalho poderá talvez visar resolver os problemas de emprego de defi-

volvamos a 1971. O direito dos deficientes à participação foi posto em causa pois as associações de deficientes e o SNR

